



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/PR

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA  
MODELOS DE DECLARAÇÃO**

**ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**  
(Papel timbrado da contratante pessoa jurídica)

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ estabelecida na Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_, prestou serviços à Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, CNPJ nº \_\_\_\_\_ estabelecida na Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, conforme informações abaixo descritas.

**1. DADOS DO CONTRATO**

- 1.1. ART/RRT(s) nº **XXX \*obrigatório** Contrato nº **XXX \*obrigatório** Celebrado: **dia/mês/ano**
- 1.2. Valor do contrato: R\$ XX.XX \*obrigatório
- 1.3. Período de realização dos serviços: \*obrigatório
- 1.4. Data de início: dia/mês/ano
- 1.5. Data de fim: **dia/mês/ano**

**2. DADOS DA OBRA/SERVIÇO**

- 2.1. Local de realização dos serviços: **(Logradouro, nº, Município e Estado).** \*obrigatório

**3. RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)**

- 3.1. Responsável(is) Técnico(s) pela realização dos serviços: **(Identificação completa do(s) profissional(is): Nome do Profissional, Título, nº do CAU, etc.)** \*obrigatório

#### 4. ATIVIDADE TÉCNICA

- 4.1. Descrição das atividades técnicas desenvolvidas: **(As atividades técnicas deverão ser descritas detalhadamente, possibilitando a perfeita identificação dos seus elementos quantitativos e qualitativos). (Caso no atestado conste mais de um profissional, deverão ser informadas as atividades prestadas de forma individual).**

##### **\*obrigatório**

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

(Assinatura do Representante legal do Contratante)

(Nome, CPF e cargo do representante legal da pessoa jurídica)

ainda:

(Em representação desta: Arquiteto e Urbanista ou outro profissional que possua habilitação legal para realizar as atividades atestadas, informando o Nome, título profissional e número de registro no CAU se Arquiteto e Urbanista, ou no Conselho Profissional Respetivo, se outro profissional.)

##### **Observações:**

- O modelo de Atestado disponibilizado pela PF é um documento sugestivo, podendo sua formatação vir a ser alterada. Quando o atestado a ser registrado se referir a projeto, obra ou outro serviço técnico realizado em regime de subcontratação ou subempreitada, será necessária a comprovação da anuência do contratante inicial ou da efetiva participação do profissional na realização das atividades técnicas atestadas.
- O registro do atestado será deferido se, após a análise da documentação apresentada, verificar-se que há compatibilidade entre os dados informados e aqueles constantes dos Registros de Responsabilidade Técnica- RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondentes efetuados em nome do profissional responsável pelo projeto, obra ou serviço técnico.
- O atestado de capacidade técnica é o documento fornecido pela pessoa jurídica contratante, que comprova a realização do projeto, obra ou outro serviço técnico nele descritos. No caso de a pessoa jurídica ser, ao mesmo tempo, proprietária da obra ou serviço técnico e emitente do atestado, deverá ser anexado ao pedido de registro deste um documento público que comprove a conclusão das atividades atestadas.
- O atestado que se referir a obras ou serviços técnicos parcialmente executados deverá explicitar quais as etapas e em que período os mesmos foram realizados. A Certidão de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A perderá validade se houver qualquer modificação nos dados técnicos qualitativos ou quantitativos constantes dos RRT/ART que a constituem ou se for constatada qualquer alteração das informações constantes no atestado a que se refere. ATENÇÃO: Para que seja aprovada a CAT-A, os dados do atestado técnico devem ser IGUAIS aos do RRT/ART. Caso haja qualquer divergência, o RRT deverá ser retificado ou emitido novo atestado para que as informações correspondam com o que de fato foi realizado. Para os fins de registro de atestado referente a atividade técnica realizada no exterior, toda documentação apresentada em língua

COMPROMISSO DA CONTRATAÇÃO

1. Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que num prazo máximo de 15 dias após assinatura do contrato com a Polícia Federal, apresentaremos cópia do contrato de manutenção preventiva/corretiva com reposição de peças que será firmado com as empresas especializadas no tipo dessa manutenção, bem como documentos e atestados que comprovem o fato de a empresa e os profissionais serem autorizados e/ou especializados.
2. Declaramos, ainda, que já mantivemos contato com a empresa abaixo, obtendo dela o orçamento:

Item	Descrição	Local	Marca	Empresa	Contato
1					
2					

Foz do Iguaçu (PR),\_ \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou RENÚNCIA

POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../20.....Nome da empresa:

1. Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do Pregão Eletrônico nº XX/2021, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em fornecer serviço para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos, que o integram, independentemente de transcrição.
3. Declaramos estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter vistoriado presencialmente in loco, por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário da empresa, todos os locais de realização dos serviços, conforme lista abaixo:

DECLARAMOS:	Escolha
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter <b>VISTORIADO</b> presencialmente in loco, por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário da empresa, todos os locais de realização dos serviços, conforme lista abaixo:	
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter <b>RENUNCIADO</b> à faculdade de realizar vistoria nos locais que fazem parte do objeto desta licitação:	

---

Empresa

---

CNPJ

---

Endereço

---

Telefone/Fax

---

E-mail

---

Responsável Técnico

(nome e registro no Conselho Profissional)

Foz do Iguaçu (PR), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Responsável Técnico da Empresa

PF

**OBS.:** Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.

## TERMO DE CESSÃO DE USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL POLÍCIA FEDERAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como o CEDENTE  
,  
RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, representante legal da empresa  
\_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_, e, de outro lado, como  
CESSIONÁRIOS e CONTRATANTE, a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu CNPJ  
00.394.494/0077-34, têm justo e acordado o presente Contrato de Cessão de Uso dos  
Direitos de Propriedade Intelectual, em caráter universal, total e definitivo, que se faz  
por prazo indeterminado e gratuito, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. Pelo presente Instrumento Particular de Cessão de Uso e na melhor forma de direito, o CEDENTE e AUTOR do PROJETO cede aos CESSIONÁRIOS o direito de uso da propriedade intelectual da obra:

Projeto de XXXXXX

Processo SEI XXXXXX

ART XXXXXX

- 1.2. O CEDENTE declara, sob as penas da lei e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, que é o autor e proprietário da obra acima especificada, responsabilizando-se por qualquer dano que venha a causar aos CESSIONÁRIOS.
- 1.3. O CEDENTE responde integralmente pela originalidade do produto e/ou processo objeto bem como, pelos conceitos ideológicos e pessoais que envolvam terceiros ou de outra ordem neles contidos.
- 1.4. O CEDENTE declara não existir nenhuma proibição vinculada à divulgação da obra, produto ou processo objeto do PROJETO, desonerando, também, o Departamento de Polícia Federal de todas e quaisquer responsabilidades oriundas da utilização do material por si ou de terceiros.
- 1.5. Fica garantido ao CEDENTE todos os direitos de propriedade intelectual relativos ao PROJETO, podendo o CESSIONÁRIO ser co titular dos referidos direitos e, a qualquer momento alterar e disponibilizar para terceiro quando do interesse da Administração Pública

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA AUTORIZAÇÃO DO CEDENTE

2.1. Por força do presente instrumento, o CEDENTE autoriza os CESSIONÁRIOS:

2.2. Utilizar sua imagem, nome e voz, gratuitamente, em qualquer tipo de divulgação e obra de criação intelectual de autoria do Departamento de Polícia Federal produzida a qualquer tempo, em qualquer suporte, sem limite de quantidade, que poderá ser veiculada em qualquer veículo no todo ou em parte, dentro e fora do país, inclusive para efeitos publicitários.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DO CEDENTE

3.1. O CEDENTE assume toda e qualquer responsabilidade pela originalidade da criação do objeto do presente instrumento, e se obriga a responder civil e penalmente por qualquer reclamação à autoria desta obra.

## 4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. A cessão de direitos autorais objeto do presente Contrato tem vigência por prazo indeterminado, a contar da assinatura deste instrumento.

## 5. CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este contrato, além de seu conteúdo específico, reger-se-á pelas disposições legais existentes, apropriadas à natureza jurídica do ora pactuado.

5.2. A presente cessão será efetuada a título gratuito.

5.3. Por estarem justos e acordados, perante as testemunhas, datam e assinam o presente, em três vias de iguais teor e forma, para a produção de todos os seus efeitos.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal/CEDENTE

\_\_\_\_\_  
Polícia Federal / CESSIONÁRIO

### TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

CPF

CPF

## TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE POLÍCIA FEDERAL

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, neste ato representada pelo Senhor(a)

\_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE, a não divulgar sem autorização, utilizar para si, reproduzir ou dar conhecimento a terceiros das informações relativas a Delegacia de Polícia Federal em xxxx/PR, em especial das Plantas/Pranchas de Desenho, enquanto material SIGILOSO pertencente ao Departamento de Polícia Federal, as quais devem ser conceituadas como SEGREDO DE NEGÓCIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. A RESPONSÁVEL reconhece que tomou conhecimento de informações privadas da Polícia Federal, que podem e devem ser conceituadas como segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização de servidor autorizado da Polícia Federal.
- 1.2. Parágrafo Único - A RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA

- 2.1. O RESPONSÁVEL, obriga-se, por si, seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados e quaisquer outros que, através dos agentes da RESPONSÁVEL, tenham acesso a informações vinculadas ao presente, a manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação da Delegacia de Polícia Federal em XXXXXXXXXX a que tenham acesso.
- 2.2. Parágrafo 1º - O termo "informação" abrange toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível, inclusive através de mídias digitais, especialmente relativas a informações administrativas, operacionais e técnicas, especificações e quaisquer outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, relativas ao objeto do presente.
- 2.3. Parágrafo 2º - A RESPONSÁVEL poderá proceder ao fornecimento das informações confidenciais de que trata o presente quando exigidas por autoridade competente, mediante ordem judicial ou administrativa, obrigando-se, todavia, a imediatamente comunicar tal fato à Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR, por escrito, observando que as mesmas poderão ser liberadas consoante os termos da ordem judicial ou administrativa.
- 2.4. Parágrafo 3º - Os materiais, documentos e informações obtidos pela RESPONSÁVEL serão utilizados apenas com o propósito de formular proposta em licitação ou executar o serviço comum de engenharia para acessibilidade da Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR, caso reste vencedora da referida licitação.
- 2.5. Parágrafo 4º - Ao término da execução dos serviços, a RESPONSÁVEL se compromete a devolver à Polícia Federal todos e quaisquer documentos, dados e materiais a que tenha tido acesso, inclusive todas e quaisquer cópias dos mesmos.
- 2.6. Parágrafo 5º - Todos os documentos e/ou informações necessários à execução dos serviços deverão ser solicitados sempre por e-mail criptografado utilizando recurso disponibilizado pela Polícia Federal ou deverão ser entregues à Polícia Federal, mediante relação e protocolo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA

- 3.1. O não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições deste TERMO implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade de informações estabelecidas e formalizadas por meio deste TERMO.
- 3.2. Parágrafo Único - A infração de quaisquer disposições deste TERMO, estando ou não finalizado os serviços, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não de qualquer informação confidencial, material, documentos e informações da PF ao mercado e/ou a outras pessoas físicas e/ou jurídicas, dará ensejo a indenizações por perdas e danos que porventura a Polícia Federal e/ou seus administradores venham a sofrer em decorrência de tal falta, recaindo essas responsabilidades, exclusivamente,

sobre os signatários deste compromisso, os quais serão apurados em juízo, na forma do art. 402 e seguintes do Código Civil.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA

- 4.1. O presente instrumento representa o consentimento integral da RESPONSÁVEL quanto à sua matéria e não poderá ser alterado sem o expresso e formal consentimento da Polícia Federal. As disposições do presente termo vinculam os eventuais sucessores da RESPONSÁVEL, assim como quaisquer sociedades ou entidades, contratadas ou ainda "afiliadas" à RESPONSÁVEL, nacionais ou estrangeiras, que venham a ter contato com as informações confidenciais, entendendo-se por "afiliadas" quaisquer sociedades controladoras, controladas ou que estejam sob o mesmo controle que a RESPONSÁVEL. O presente termo não poderá ser cedido sem o consentimento expresso da Polícia Federal.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
Nome do signatário

\_\_\_\_\_  
Função

\_\_\_\_\_  
CPF

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no  
\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os  
seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos	R\$ _____	

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o



endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

#### FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1 / Valor total dos contratos \*

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo: (Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100 = Valor da Receita Bruta



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE SOUZA BOUZAS, Agente de Polícia Federal**, em 16/07/2023, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ MARTINS RAMOS SCHLICKMANN, Agente Administrativo(a)**, em 16/07/2023, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ DONDONI, Agente de Polícia Federal**, em 17/07/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO LUIZ DOMINGUES, Chefe de Núcleo**, em 18/07/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO YANAGA, Agente de Polícia Federal**, em 18/07/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO HENRIQUE SCHERNOVSKI, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 18/07/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA INES NASCIMENTO, Agente de Polícia Federal**, em 20/07/2023, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALTER AMAURI FIOR, Agente de Polícia Federal**, em 24/07/2023, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON BARRETO, Agente de Polícia Federal**, em 24/07/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=30225724&crc=6A852D3A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30225724&crc=6A852D3A).

Código verificador: **30225724** e Código CRC: **6A852D3A**.

---

Referência: Processo nº 08385.002737/2021-34

SEI nº 30225724

---

Criado por [martins.bmr](#), versão 4 por [bouzas.msb](#) em 16/07/2023 19:28:25.